

Itaúna, 07 de abril de 2017

Ofício nº 151/17 - Gabinete do Prefeito

Assunto: Encaminha veto ao PL nº 06/2017

Exmo. Sr. Presidente,

Encaminhamos-lhe as razões do veto em anexo que, pelas disposições da Carta Magna, Constituição Estadual do Estado de Minas Gerais e da Lei Orgânica do Município de Itaúna, sentimo-nos compelidos a opor ao PL nº 06/17 de autoria do Legislativo Municipal, que altera dispositivos da Lei nº 2.204 de 3 de fevereiro de 1989, e dá outras providências.

De oportuno reiteramos os protestos da mais alta consideração.

Atenciosamente,

NEIDER MOREIRA DE FARIA

Prefeito de Itaúna

EXMO. SR.

MÁRCIO GONÇALVES PINTO

**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAÚNA - MG**

VETO AO PL nº 06/17

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Por razões de ordem constitucional, legal e interesse público, sinto-me na obrigação de vetar totalmente o Projeto de Lei nº 06/2017, de autoria do Legislativo Municipal, e o faço sob os fundamentos do artigo 66, § 1º, da Constituição da República e artigo 82, VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 208, § 1º, inciso I do Regimento Interno dessa Câmara, sustentado nas razões a seguir expendidas.

RAZÕES DO VETO

O Projeto de Lei nº 06/2017 foi aprovado por essa Casa com o intuito de *alterar dispositivos da Lei nº 2.204, de 3 de fevereiro de 1989*, especificamente, os incisos III e V do artigo 14 da referida Lei, que estabelece critérios para cobrança do Imposto Municipal sobre transmissão de bens imóveis “inter vivos”.

Assim, referido projeto de Lei altera a redação dos incisos, com a seguinte redação:

“Art. 14 (...)

III. Na transmissão em virtude de qualquer sentença judicial, na arrematação, adjudicação e remissão, no ato de sua apresentação para registro;

(...)

V. na aquisição por escritura lavrada fora do Município de Itaúna dentro de 10 (dez) dias após o ato.”

O Projeto de Lei, ora vetado, contraria o disposto na alínea b, item II, § 1º do artigo 61, da Carta Magna, vez que, por se tratar de matéria tributária, é de iniciativa privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo.

Oportuno realçar o princípio da simetria concêntrica ao destacar que as Leis Orgânicas dos Municípios hão de atender os preceitos normativos estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.

Outro aspecto importante a ser mencionado é o interesse público evidenciado na alteração do inciso V, do artigo 14 do Projeto de lei ora, vetado. Ao considerar o prazo máximo de 10 dias para contribuinte quitar junto ao Município o ITBI quando a transmissão do imóvel por escritura for lavrada fora do Município de Itaúna, entendo que a proposta não atendeu ao princípio administrativo da razoabilidade e proporcionalidade.

Deve-se considerar que é dever do Município a cobrança do imposto, mas de forma a não gravar sobremaneira o sujeito passivo da obrigação, concedendo-lhe tempo hábil para pagamento do referido imposto.

Não restam dúvidas, portanto, que a Administração atual já havia estudado uma fórmula possível para equacionar o dever de cobrança e pagamento do imposto em tempo necessário e suficiente para melhor atender às necessidades do Município e em consideração à pessoa do contribuinte.

A fim de possibilitar um sistema organizado, a proposta é reativar a norma original da Lei nº 2.204, de 03 de fevereiro de 1989, que era adequada e em perfeitas condições com os ditames legais do sistema tributário municipal.

Vale mencionar ainda que a alteração do artigo original da Lei nº 2.204/1989 foi promovida e promulgada por essa Casa pela Lei nº 4.801, de 27 de novembro de 2013, de forma a conceder aos contribuintes prazo elastecido para a quitação do imposto, evidenciando sobremaneira o interesse particular, fato, inclusive, não questionado pela gestão anterior.

Assim, por estas razões e fundamentos, espero seja acolhido o presente veto e decretada a rejeição do Projeto de Lei nº 06/2017, por contrariar normas de relevante observação pelo Poder Público Municipal.

Em decorrência do veto, o estudo do sistema tributário municipal por intermédio de seus técnicos e gestores, evidencia o encaminhamento do Projeto de Lei nº 22/2017 para apreciação.

Atenciosamente,

NEIDER MOREIRA DE FARIA
Prefeito de Itaúna